

A PERSPECTIVA VALORATIVA DA FORMAÇÃO DOCENTE¹ *THE VALUE-BASED PERSPECTIVE OF TEACHER EDUCATION*

Alice Krebs Teles², Danilo Krebs Teles²,
Eliane Aparecida Galvão dos Santos³ e Marcos Alexandre Alves⁴

RESUMO

O tema formação docente é complexo e precisa ser discutido para além da simples transmissão de conhecimento, repercussão que exige a qualificação contínua dos docentes. Desta forma, o objetivo da pesquisa centra-se na compreensão do valor da formação docente atenta às capacidades e potencialidades contributivas dos envolvidos no contexto educacional. Para tanto, está fundada em pesquisa qualitativa e de abordagem bibliográfica, atentando para um estudo exploratório sobre a formação docente a partir das políticas públicas. Assim, selecionou-se o material cujo tema atende ao propósito do estudo e como fonte utilizaram-se livros e artigos científicos de periódicos especializados. Como resultados cabe apontar que a formação de políticas públicas parte da relação entre Estado e Sociedade, representando ações que atendam às suas necessidades fundamentais. O preparo do docente advém da própria vontade de aprender, da disposição para o novo, agregando estilos de ensino para a ressignificação e transposição de barreiras tradicionais, de modo que a formação profissional deve pautar-se na identidade com a realidade social, a criticidade e o saber reflexivo e, ainda, a formação de políticas públicas atentas à valorização da docência.

Palavras-chave: conhecimento, ensino e aprendizagem, professor, qualificação.

ABSTRACT

The teacher education theme is complex and needs to be discussed beyond the simple transmission of knowledge for it requires a continuous training process. In this way, the objective of this research is focused on the understanding of the value of teacher training related to the abilities and potentialities of those involved in the educational context. The study is based on a qualitative research and bibliographical approach on teacher formation according to public policies. We selected the material whose theme meets the purpose of the study and as a source we used books and scientific articles from specialized journals. We conclude that the formation of public policies is based on the relationship between state and society in order to form actions that may meet their fundamental needs. The preparation of teachers starts from their own will to learn, from the disposition to the new, the addition of teaching styles for the re-signification and transposition of traditional barriers. These movements may foster professional formation to be based on the identity of social reality, the criticality, reflexive knowledge and the formation of public policies attentive to the valorization of teaching.

Keywords: knowledge, teaching and learning, teacher, qualification.

¹ Pesquisa realizada a partir da disciplina de Formação e Práticas Docentes.

² Alunos do Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens - Universidade Franciscana (UFN). E-mails: ateles20@hotmail.com; danilokteles@gmail.com

³ Orientadora. Docente em cursos de Licenciatura e Pós-graduação - Universidade Franciscana (UFN). E-mail: elianeagalvaol@gmail.com

⁴ Coordenador. Docente em cursos de Licenciatura e Pós-graduação - Universidade Franciscana (UFN). E-mail: maralexalves@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ensinar e aprender proporcionam o desenvolvimento de capacidades e habilidades tanto do discente quanto do docente, uma vez que a formação perpassa pela relação recíproca destes na construção do conhecimento, viés este tomado a partir da concepção contemporânea de ensino e aprendizagem que busca se desfazer do sistema tradicional - onipresente - de ensino (baseado na transmissão do conhecimento, na visão de aluno como tábula rasa e na escola como único lugar de aprendizagem), posto que este não é acabado. Nesta entoadada, a reconstrução do olhar pedagógico contempla o estímulo à participação social do aluno, valorizando seu prévio conhecimento e suas experiências, de modo a ser protagonista no processo de ensino e aprendizagem mediado pelo professor, uma vez que este contribui e orienta a construção do conhecimento.

No ambiente tradicional de ensino, o professor é o único protagonista, é o centro do processo educativo e é quem detém o conhecimento que é transmitido ao aluno, que se apropria dos conteúdos pela memorização e os reproduz, sem reflexões críticas, de forma a possuir uma postura passiva. Nesta abordagem tradicional, a educação tem a concepção de *produto*, com modelos pré-estabelecidos a serem alcançados e transmissão de ideias selecionadas e organizadas logicamente (MIZUKAMI, 1986). Deste modo, não se enfatiza o processo educacional, mas uma relação verticalmente estabelecida entre professor e aluno.

No ambiente formador contemporâneo, a mediação embasa a ação do professor, cujo agir reflexivo, segundo Perrenoud (2002, p. 50) considera as necessidades dos “*alunos*” e tem uma preocupação por “*democratizar*” o acesso aos saberes, promovendo o questionamento. Aqui, diante do olhar para o humano e da promoção reflexiva sobre os contextos de vida, elevando as experiências pessoais, o professor torna-se facilitador e promotor de uma aprendizagem significativa, que na concepção de Carl Rogers, inspirado em Kierkegaard, “é internalizada pela pessoa em ação, ou seja, pela sua experiência [...] e produz sentido para o aluno” (SILVA, 2015, p. 19).

Quanto ao papel do professor, Silva (2015) pontua que esse deve despertar no aluno sua capacidade de aprender e pensar por si próprio; o professor auxilia os alunos a aprender a viver com os indivíduos em contínuo processo de transformação; precisa depositar confiança no indivíduo para possibilitar a oportunidade de desenvolver sua potencialidade individual. Isto significa que o professor deve estimular o desenvolvimento cognitivo do aluno e desafiá-lo a agir reflexivamente na busca do conhecimento. Segundo Jófili (2002), fundado em Freire e Piaget, é dever do docente assegurar um ambiente de diálogo, respeito ao outro, estimular os discentes a refletirem criticamente sobre suas próprias ideias comparativamente às teorias, construindo o conhecimento, gradativamente de acordo com o desenvolvimento de cada um.

Em ambos os ambientes (tradicional e contemporâneo), outrora como detentor do conhecimento, atualmente como partícipe, o professor adota uma posição relevante, dada à época e contextos,

pela geração do saber, avaliação das informações e orientação da aprendizagem, guiando o ensino, o que justifica evidenciar que a formação docente vai além da condição de ensinar, mas de aprender, estar sensível à formação humana integral.

Assim como ao discente tem-se olhares atentos no processo de ensino e aprendizagem, ao docente, a preocupação com seu preparo para o exercício profissional e formação continuada fundamenta diálogos para a adequada atuação, combinando com a curiosidade que é natural nos alunos em descobrir o que o mestre tem a ensinar, somando essa carga valorativa - experiências, conhecimentos - aos planos de aula, que vão além da sala de aula. Isso desperta nos discentes a atenção para a troca de experiências de vida que os mesmos têm na sua condição de aprendizes de quem quer ensinar.

O processo de ensino e aprendizagem é fundamental para a formação humana, de modo que não se olvida a relevância do docente neste processo, bem como a necessidade de sua formação continuada, de modo a estabelecer estratégias de ensino cativo, selecionando situações mais adequadas ao atendimento das demandas educacionais e atentas à experiência que o discente traz consigo para a aprendizagem, razão pela qual esta pesquisa objetiva compreender o valor da formação docente para o agir, em um contexto educacional contemporâneo de inquietude e que exige uma postura à luz das capacidades e potencialidades contributivas dos envolvidos, com atenção para as políticas públicas Estatais. Para atingir o propósito, a pesquisa qualitativa adota como procedimento metodológico a abordagem bibliográfica, baseada em livros e artigos científicos de periódicos especializados para compor o arcabouço teórico.

Desta forma, estabelece-se a figura do docente reflexivo, participativo, mediador, que conduz o aprendizado, sempre atentando para a complexidade do ser humano e da sociedade, uma vez que está inserido nela. Para ter condições e suporte apropriados para atender as demandas educacionais com qualidade e, sendo a educação direito fundamental tutelado do Estado, exige-se ação positiva, promovendo ações e programas que estimulem e contribuam para a formação continuada do docente.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Erigido o Estado Democrático de Direito, as políticas públicas representam a forma de ação do Estado Constitucional, de modo a atender as demandas sociais, respeitando os direitos e garantias atinentes ao cidadão. Neste contexto, Thiago Lima Breus (2007, p. 23) anuncia que,

[...] nesse novo modelo estatal, plural e democrático, [...], o Estado está diretamente vinculado ao atendimento de uma série de objetivos axiológicos, relacionados à progressiva promoção de determinados fins, como a superação das desigualdades materiais presentes na sociedade, a realização de uma justiça substancial e a salvaguarda da democracia, que representam efetivas cláusulas de *transformação social*.

Ademais, questionado pelo autor o que seriam as *políticas públicas*, revela “como sendo o principal mecanismo de ação estatal com vistas à realização dos direitos sociais, econômicos

e culturais”, sendo que “o fundamento das *políticas públicas* é, a rigor, a existência dos direitos sociais, aqueles que precisam se concretizar mediante prestações positivas do Estado” (BREUS, 2007, p. 204; 219).

Trata-se do *modus operandi* do Estado Constitucional com vistas à efetivação dos direitos fundamentais, de modo que “devem as *políticas públicas* ser tratadas de forma congruente, universal e articuladas” (BREUS, 2007, p. 208). Assim, “as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade” (SOUZA, 2006, p. 25). Para sua formulação, “os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p. 26).

Para o ingresso de demandas na agenda governamental, a fim de tratamento para as necessidades da sociedade, Souza (2006) salienta que a constituição da política pública passa pelos estágios da definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação, abordagem que enfatiza a definição de agenda (*agenda setting*), atenta aos participantes do processo decisório, aos problemas ou a política propriamente (a consciência coletiva sobre um dado problema). A autora afirma que,

definições sobre políticas públicas são, em uma democracia, questões de ação coletiva e de distribuição de bens coletivos e, na formulação da escolha racional, requerem o desenho de incentivos seletivos, na expressão de Olson, para diminuir sua captura por grupos ou interesses persolanistas (SOUZA, 2006, p. 37).

Sob esta perspectiva, a cidadania e a dignidade humana constituem dois dos fundamentos do Estado Democrático de Direito previstos no art. 1º da Constituição Federal (BRASIL, 1988), em que se constituem, respectivamente, no “pressuposto dos direitos políticos conferidos aos brasileiros, natos ou naturalizados, para participar da vida política do nosso Estado” e em “preceito basilar que impõe o reconhecimento de que o valor do indivíduo, enquanto ser humano, prevalece sobre os demais” (MOTTA; BARCHET, 2007, p. 137). Na busca da valorização do indivíduo, a educação assume relevante caminho, sendo inclusive direito social assegurado constitucionalmente (CF, art. 6º), de segunda geração⁵, que “exigem do Estado uma participação, uma ação” (GORCZEWSKI, 2005, p. 75), viabilizado por meio de políticas públicas.

Eloisa Höfling (2001), ao tratar do Estado e das políticas (públicas) sociais, entendidas as políticas públicas como ação do Estado na implantação de um projeto de governo e voltadas para setores específicos da sociedade, ressalta que a educação é entendida como uma política pública social, de responsabilidade do Estado e que visa à manutenção das relações sociais.

⁵ As gerações ou dimensões de direitos representam a conquista de direitos ao longo da evolução histórica, cumulativamente, ou seja, “os novos direitos somam-se com os já existentes” (GORCZEWSKI, 2005, p. 73).

A educação atenta para a integralidade do ser humano, com olhar para os direitos humanos e proporciona o desenvolvimento de “três dimensões básicas”, como assevera Candau (2012) referindo-se à formação (e conscientização) de sujeitos de direito, ao empoderamento de cada pessoa para ser sujeito de sua vida e ator social, e aos processos de transformação para construção de sociedades democráticas e humanas.

Destarte, o professor assume relevante papel no reconhecimento do espírito crítico e reflexivo do ser humano, como agente transformador da/na sociedade, que tem intrínseca sua dignidade e cidadania, ou seja, é o docente partícipe no processo de construção social e valorização humana de si e do outro.

Por meio da educação, nos termos do art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), abrangem-se os “processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996). Tem-se, pois, dentre os princípios que baseiam a educação, a valorização do profissional da educação escolar (LDB, art. 3º, inc. VII), preceito este que está em consonância com o disposto no art. 206, inc. V da Carta Magna de 1988, a qual trata da valorização dos profissionais da educação escolar, que constitui em que o ensino deve ser ministrado.

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005 de 2014, prevê como diretriz a valorização dos profissionais da educação (art. 2º, inc. IX), estimulando a formação inicial e continuada que, fundamentalmente, reflete no exercício profissional e na qualidade educacional (BRASIL, 2014). O professor é sujeito do conhecimento, “que assume sua prática a partir dos significados que ele mesmo lhe dá, um sujeito que possui conhecimentos e um saber-fazer provenientes de sua própria atividade e a partir dos quais ele a estrutura e orienta” (TARDIF, 2013, p. 230), com a expectativa de que “seremos reconhecidos socialmente como sujeitos do conhecimento e verdadeiros atores sociais quando começar a reconhecer-nos uns aos outros como pessoas competentes, pares iguais que podem aprender uns com os outros” (TARDIF, 2013, p. 244).

Além das previsões legais que anunciam a importância e a valorização do docente, programas governamentais de formação continuada de professores foram estabelecidos sob este norte, referenciando⁶: a *Formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa* (curso para professores alfabetizadores, com estudos e atividades práticas), *ProInfantil* (curso na modalidade normal destinado aos profissionais que atuam em sala de aula da educação infantil, creches e pré-escolas), *Plano nacional de Formação de Professores da Educação Básica - Parfor* (voltado para profissionais em exercício para obtenção de formação superior), *Proinfo Integrado* (dedicado ao uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC no cotidiano escolar), *e-Proinfo* (ambiente virtual colaborativo de aprendizagem), *Pró-letramento* (programa

⁶ Os referidos programas governamentais estão anunciados no site do Ministério da Educação e podem ser consultados no endereço eletrônico <<http://portal.mec.gov.br/formacao>>.

de formação continuada de professores dedicado à melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental e realizado em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada⁷), *Gestar II* (Programa Gestão da Aprendizagem Escolar, voltado para a formação continuada em língua portuguesa e matemática aos professores dos anos finais do ensino fundamental, com discussões sobre questões prático-teóricas, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento da autonomia do professor em sala de aula), além da *Rede Nacional de Formação Continuada de Professores* (criada com o objetivo de colaborar para a melhoria da formação dos professores e alunos) (MEC, [201...]).

A preocupação com a formação de professores é permanente, de modo que, ao consultar sites institucionais na área educacional, neste momento selecionados a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e o Encontro Nacional de Didática e práticas de Ensino (ENDIPE), por se tratarem de dois eventos significativos da área, percebe-se que a arguição da temática sobre formação de professor vigora nas pautas de discussões.

Pelo site da ANPED, verifica-se que há grupos de trabalho destinados à aglutinação e socialização do conhecimento produzido por pesquisadores da área educacional, englobando temáticas como História da Educação, Didática, Estado e Política Educacional, Educação Popular, Currículo, Educação e Comunicação, entre outros. Ressalta-se o Grupo de Trabalho sobre a Formação de Professores, dedicado ao “processo de construção, desenvolvimento e aprofundamento do conhecimento e das competências necessárias ao exercício da profissão de ensinar, seus impactos e resultados” (ANPED, s/p). Por meio deste grupo são oportunizados debates sobre a formação de professores e formação continuada destes, periodicamente nas reuniões nacionais (anuais) e regionais, com abordagens que circunscrevem a ética, reforma do pensamento, a profissão na contemporaneidade, identidade do docente, o uso pedagógico de tecnologias digitais, a criatividade na formação, a formação em contextos colaborativos e investigativos, as políticas de educação na atualidade, entre outras.

Ao pesquisar na esfera de trabalho do site ENDIPE, verifica-se desde 1979 (com o I Encontro Nacional de Prática de Ensino), a reflexão sobre a prática de ensino, a didática, a formação de professores (inicial e continuada), oportunizando aos profissionais debate e discussões de temas que norteiam contextualmente a teoria e a prática no processo educacional. O diálogo promove a troca de experiências, o enfrentamento dos desafios afetos ao exercício profissional, a colaboração e a emancipação na atividade, de modo a pensar a partir do agir pedagógico como lugar de excelência para a formação docente, para se (re)inventar perante a transformação do enfoque educacional e sensibilizar para a articulação consistente das dimensões humana.

⁷ Criada em 2004, tem por objetivo contribuir para a melhoria da formação dos professores e alunos. Informações disponíveis em: <<https://bit.ly/2Ppzv1Z>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR NO PROCESSO EDUCACIONAL

A emancipação na atividade docente vai ao encontro da emancipação humana, constituindo um crescimento conjunto docente e discente, com a peculiaridade de desenvolver as capacidades humanas deste e estimular o senso crítico-reflexivo.

A desenvoltura do docente propicia a acomodação de estilos de aprendizagem, a diversidade, transpondo as barreiras da concepção tradicional de ensino para a transformação da vida e da sociedade. Refletir sobre como o professor aprende a ser docente estimula “compreender como os docentes aprendem, se adaptam, reagem, se autorizam, se revelam ou se conformam quando transitam entre a posição de subordinação em que são colocados e a autoria que reivindicam” (SANCHO GIL; HERNÁNDEZ-HERNÁNDEZ, 2016, p. 8). Ao tratar da prática pedagógica e do paradigma emergente, qual seja, a transposição do método cartesiano e científico do ensino, Behrens (2013, p. 17) aponta que,

um dos grandes méritos deste século, sem dúvida, é o fato de os homens terem despertado para a consciência da importância da educação como necessidade preeminente para viver com plenitude como pessoa e como cidadão envolvido na sociedade. Pensar na Educação implica refletir sobre os paradigmas que caracterizam o século XX e a projeção das mudanças paradigmáticas no início do século XXI.

Neste processo, docente e discente figuram como protagonistas no ensino e aprendizagem, de modo que, segundo Behrens (2013, p. 68-69), os alunos “são capazes de estabelecer relações dialógicas nas quais possam realizar um trabalho coletivo, participativo, criativo e transformador na construção de um mundo melhor” e o professor “assume a responsabilidade de ajudar a construir um mundo melhor e de instigar seus alunos para utilizarem seus conhecimentos numa melhor qualidade de vida para si mesmos e para todos”. O docente atua conjuntamente com o discente na construção de conhecimento, na troca de experiência, mediando a produção de saberes, rompendo paradigmas, estimulando a curiosidade, a dúvida. Segundo a autora,

ao tornar-se dinâmico, articulador, mediador, crítico e criativo, o docente provoca uma prática pedagógica que instiga o posicionamento, a autonomia, a tomada de decisões, a reflexão, a decisão e a construção do conhecimento, atuando como parceiro experiente no processo educativo (BEHRENS, 2013, p. 82).

Este modo de atuação do professor encontra consonância no que Zeichner (1993, p. 17) define como “professor como prático reflexivo”, que reconhece a riqueza da experiência da prática docente, com o processo de compreensão e melhoria do seu ensino começando pela reflexão sobre sua própria experiência e reconhecimento de que o processo de aprender e ensinar se estende ao longo da carreira, devendo haver disposição e capacidade de estudar o modo de ensinar e melhorar com o tempo.

Para isso, destaca António Nóvoa (1992, p. 25), acerca do desenvolvimento pessoal do professor, que

a formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autónomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projectos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional.

Não se trata de transmissão do conhecimento, mas de socialização (aplicação) do conhecimento no desenvolvimento das capacidades, habilidades e potencialidades do discente, sem olvidar o ensino e a aprendizagem do próprio profissional (docente), que também se revela essencial na medida de lidar com a complexidade humana.

Angel Gómez (1992, p. 106) reflete sobre a racionalidade prática-reflexiva do professor, expondo que,

o pensamento prático do professor é de importância vital para compreender os processos de ensino-aprendizagem, para desencadear uma mudança radical dos programas de formação de professores e para promover a qualidade do ensino na escola numa perspectiva inovadora. Ter em consideração as características do pensamento prático do professor obriga-nos a repensar, não só a natureza do conhecimento académico mobilizado na escola e dos princípios e métodos de investigação *na* e *sobre* a acção, mas também o papel do professor como profissional e os princípios, conteúdos e métodos da sua formação.

Tal é a relevância do professor no processo de ensino e aprendizagem que a necessidade de formação continuada se baseia no fato de que o conhecimento não é estativo, definitivo, mas dinâmico, demandando pesquisa constante, na qual a produção de novos saberes pode transpor barreiras paradigmáticas. É necessário (re)aprender,

além do o quê e do como, pela ensinagem deve-se possibilitar o pensar, situação em que cada aluno possa reelaborar as relações dos conteúdos, por meio dos aspectos que se determinam e se condicionam mutuamente, numa ação conjunta do professor e dos alunos, com ações e níveis de responsabilidades próprias e específicas, explicitadas com clareza nas estratégias seleccionadas (ANASTASIOU, 2004, p. 15).

Como trabalho conjunto de construção de saberes, em que o docente figura não mais como transmissor do conhecimento, mas como mediador deste perante o discente, a relevância está no equilíbrio com a qualidade do que é ensinado. Para isso, o preparo do docente parte da própria vontade de aprender, da disposição para o novo, agregando estilos de ensino para a resignificação e transposição de barreiras tradicionais, pautando-se no senso crítico, reflexivo, autónomo e interdisciplinar que a formação exige.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O docente é dotado de significativa importância ao desenvolver entendimentos do ensino e aprendizagem, oferecendo ao discente campos férteis para a articulação das capacidades e habilidades.

O discente é protagonista na formação do conhecimento, assumindo a responsabilidade por sua própria aprendizagem, aliada à mediação do docente que, mais que transmissão de saberes, ao conduzir-se de forma aberta à contribuição discente, carregada de significado, contribui para a disposição em aprender, sem deixar de promover um ambiente com postura, disciplina, aliado à crítica, reflexão e criatividade. Com isso, em razão do escopo formativo condizer com a educação - direito social que exige do Estado uma ação positiva, a constituição de políticas públicas visa à realização deste direito e, com relação à formação docente, desvela a preocupação em refletir sob o viés do protagonismo do docente, em seu ciclo de desenvolvimento profissional.

O preparo do professor provém da boa vontade em aprender, em estar disposto para o novo, agregando estilos de ensino para a ressignificação e inversão de barreiras clássicas, de modo que a formação profissional deve pautar-se na identidade com a realidade social, a criticidade e o saber reflexivo e a formação de políticas públicas atentas à valorização da docência. Nestes moldes, a elaboração de políticas públicas voltadas para a formação continuada dos docentes intenta contribuir para a qualificação daqueles que são fundamentais na formação humana, que despertam no sujeito aptidões, capacidades, potencialidades, além de atender às necessidades sociais, pressupondo estreita relação com a sociedade.

A problematização e a contextualização do ensino e das condições de aprendizagem, com vistas às necessidades dos sujeitos envolvidos, proporciona a compreensão das possibilidades e potencialidades educativas, no cerne de atuação, transformando a prática pedagógica.

Desta forma, a reciprocidade entre discente e docente na construção do conhecimento reforça o espírito pedagógico contemporâneo de troca de experiências, de escuta, de autoconhecimento, de análise crítica, de produção de uma educação transformadora em oposição à educação engessada de transferência/entrega de conhecimento. Assim, estabelece-se uma formação de docentes reflexivos, participativos, mediadores, que geram valor na condução do ensino e aprendizagem articulados ao desenvolvimento integral do ser humano.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, L. G. C. Ensinar, aprender, apreender e processos de ensinagem. In: ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. (Org.). **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3. Reimp. Joinville, SC: UNIVILLE, 2004.

ANPED - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. **Histórico do GT 8 - Formação de Professores**. Disponível em: <<https://bit.ly/2NRkRm9>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

BEHRENS, M. A. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<https://bit.ly/1bJYIGL>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em: <<https://bit.ly/1U7QxVu>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília: Senado Federal, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/1vsTU87>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

BREUS, T. L. **Políticas públicas no Estado Constitucional**: problemática da concretização dos Direitos Fundamentais pela Administração Pública brasileira contemporânea. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

CANDAU, V. M. F. (Coord.). **Somos todos iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

GÓMEZ, A. P. O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo. In: NÓVOA, A. **Os Professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

GORCZEWSKI, C. **Direitos humanos**: dos primórdios da humanidade ao Brasil. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2005.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

JÓFILI, Z. Piaget, Vygotsky, Freire e a construção do conhecimento na escola. **Educação: Teorias e Práticas**, v. 2, n. 2, p. 191-208, 2002.

ME - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Formação continuada para professores**. [201--]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/formacao>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

MIZUKAMI, M. da G. N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

MOTTA, S.; BARCHET, G. **Curso de direito constitucional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

NÓVOA, A. **Os Professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PERRENOUD, P. **A prática reflexiva no ofício de professor**: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre/RS: Artmed, 2002.

SANCHO GIL, Juana M.; HERNÁNDEZ-HERNÁNDEZ, Fernando (Org.). **Professores na incerteza**: aprender a docência no mundo atual. Porto Alegre/RS: Penso, 2016.

SILVA, E. A. da. As inserções de Carl Rogers nas teorias da educação. In: AMORIM, Adiel Santos de et. al. **Teorias, ensino, aprendizagem**: revisitando pensadores da educação. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p. 15-32.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TARDIF, M.4. **Saberes docentes e formação profissional**. 15. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

ZEICHNER, K. M. **A Formação Reflexiva de Professores**: ideias e práticas. Lisboa, Portugal: Educa, 1993.

